



MULHERES RURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: ENFRENTAMENTOS E CONQUISTAS DAS MULHERES RURAIS DO DISTRITO DE NAZARÉ-RO, BRASIL

Tainá Trindade Pinheiro ¹
Kelyany Oliveira Castro de Góes ²
Milena Sanche de Sousa ³

RESUMO

O presente trabalho parte da compreensão da trajetória das mulheres rurais em relação aos acessos às políticas e os desafios constantes no campo no contexto dos movimentos sociais, tendo como objetivo identificar e analisar as articulações políticas das mulheres, os acessos das políticas públicas e o envolvimento das mulheres ribeirinhas nos movimentos sociais no Distrito de Nazaré - RO, bem como as conquistas, enfrentamentos neste contexto. A comunidade é, hoje, sede do Distrito de Nazaré, localizada às margens do Rio Madeira, a 100 quilômetros da cidade de Porto Velho.

Tais abordagens têm por embasamento autoras como Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Joseli Silva, Rosa Ester Rossini, Rosângela Cintrão. A pesquisa evidenciou que as mulheres ribeirinhas vêm se organizando politicamente, através do Movimento de Mulheres e que os movimentos sociais são visto pelas mulheres como caminho de busca das políticas públicas, e canal de visibilidade no espaço rural.

Palavras-chave: Mulheres Rurais, Políticas Públicas, Movimentos Sociais.

RESUMEN

Este trabajo parte de la comprensión de la trayectoria de las mujeres rurales en relación al acceso a las políticas y los constantes desafíos en el campo en el contexto de los movimientos sociales, con el objetivo de identificar y analizar las articulaciones políticas de las mujeres, el acceso a las políticas públicas y la participación de las

¹ Geógrafa, Mestra em Geografia, pelo programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG, da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO/UNIR, taina-unir@hotmail.com;

² Geógrafa, Mestra em Geografia, pelo programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG, da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO/UNIR, kelyanygoes@gmail.com;

³ Geógrafa, Mestranda em Geografia, pelo programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG, da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO/UNIR, milena.sanche@gmail.com.



mujeres ribereñas en los movimientos sociales del Distrito de Nazaré - RO, así como los logros, enfrentamientos en este contexto. La comunidad es hoy la sede del Distrito de Nazaré, ubicado a orillas del río Madeira, a 100 kilómetros de la ciudad de Porto Velho. Estos enfoques se basan en autores como Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Joseli Silva, Rosa Ester Rossini y Rosângela Cintrão. La investigación mostró que las mujeres ribereñas se han estado organizando políticamente, a través del Movimiento de Mujeres, y que las mujeres ven los movimientos sociales como una forma de buscar políticas públicas y un canal de visibilidad en las zonas rurales.

Palabras clave: Mujeres rurales, políticas públicas, movimientos sociales.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, vários foram os movimentos de luta para o empoderamento das mulheres, em busca de ocupar espaços que possam promover a equidade de gênero. Em relação às lutas feministas, essas se tornaram conhecidas a partir do século XIX e que no século no XX ficou marcada pelo recrudescimento do movimento feminista, o qual ganharia voz e representatividade política em boa parte dos países, pela luta por direitos para as mulheres.

A Revolução Industrial e o êxodo rural, a partir do século XVIII, intensificaram também o movimento feminista pois as mulheres conquistaram o direito de trabalhar assalariado fora de casa, a fazer o mesmo serviço que os homens porém a trabalhar mais e receber menos. O trabalho assalariado exercido fora de casa por elas agregou com os trabalhos domésticos realizados por elas, criando a dupla jornada de trabalho da mulher. Dessa forma, a conquista mostrou as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

A luta pela quebra do patriarcalismo, buscou a reconstrução dos dois espaços que na sociedade eram claramente definidos para participação do indivíduo: o público e privado. De acordo com Arendt (2007), o primeiro era ocupado por relações de poder, criação, decisões e autonomia; e o segundo ligado à reprodução, à invisibilidade e à dominação. Esse espaço no domínio patriarcal delimitava as participações de ocupação por gênero, sendo que o homem era visto como figura pública e, assim, detinha domínio sobre a mulher, que então era limitada ao espaço privado.

Entendemos que as políticas públicas é um fator que demonstra a existência de



enfrentamentos da extensão do patriarcado, as ideologias que foram estabelecidas, os critérios e a própria acessibilidade, evidenciam a mulher em um cenário de luta e construção de novas espacialidades.

Neste sentido, no fim dos anos oitenta, as mulheres rurais passaram a se organizar e a reivindicar seus direitos enquanto produtoras rurais, através dos movimentos de mulheres camponesas questionando tanto a dominação masculina quanto a forma de trabalho construída para elas. Como consequência da redemocratização do país, esse assunto passa a entrar na pauta de discussões da agenda pública.

A constituição de 1988 garantiu o acesso das mulheres rurais ao benefício da aposentadoria por idade, aos 55 anos, e a outros benefícios, tal como licença-maternidade remunerada (BRUMER, 2004, p. 18).

O direito à terra e ao desenvolvimento rural passam a ser discutidos. Até então, a mulher era vista apenas como uma mera participante da família, subordinada às decisões do marido, que detinha todos os direitos sobre a terra. As políticas públicas não eram voltadas às demandas das mulheres, fazendo com que fossem excluídas sem acesso a direitos sobre a terra. (OLIVEIRA, 2013, p.131).

O processo de luta e conquista no espaço rural desencadeou mudanças significativas, sendo um exemplo a conquista do direito à documentação e à educação. Nesse contexto as políticas públicas, têm função essencial no que se refere às amplitudes dos direitos humanos e trazem consigo, a partir da apropriação, a força da igualdade social. Portanto, as mulheres buscam incessantemente por alcançar políticas específicas que sejam viáveis, tanto de acesso quanto que gerem a igualdade e equidade.

No contexto dos movimentos sociais, este se mostra como caminho que se toma para a busca das políticas públicas, e canal de visibilidade das lutas feministas no espaço rural, através das articulações e organização dos movimentos, as mulheres vêm articulando estratégias e novas perspectivas.

Assim, trazemos como problemática a própria configuração do espaço rural que possui especificidades referentes às relações sociais de gênero e de trabalho, junto a existência e acessos das políticas na área rural. O trabalho tem como objetivo identificar e analisar a implementação e os acessos das políticas públicas para as mulheres no



Distrito de Nazaré - RO, bem como as conquistas, enfrentamentos e articulações das mulheres rurais neste contexto.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica é a fenomenologia da percepção (Merleau-Ponty, 1999) que nos propiciou um contato direto com as mulheres, para compreender o seu modo de vida, experiências e subjetividades. Por meio do trabalho de campo, as técnicas usadas na pesquisa foram o uso de entrevistas e depoimentos com as mulheres moradoras da comunidade de Nazaré e com mulheres participantes do movimento social de mulheres do baixo e médio madeira, onde foi possível obter informações e em seguidas análises com essa abordagem fenomenológica.

Os campos se deram com deslocamento por transporte fluvial, no Distrito de Nazaré, Comunidade de Boa Vitória, Calama e na oportunidade do 1º Encontro de Mulheres Ribeirinhas do médio e baixo madeira, no qual fizemos entrevistas com mulheres de outras localidades.

A comunidade é, hoje, sede do Distrito de Nazaré, localizada às margens do Rio Madeira, a 100 quilômetros da cidade de Porto Velho. A viagem à comunidade de Nazaré é quase que exclusivamente por via fluvial, com duração em média de oito horas, em barco tipo “recreio”, que sai do porto de Porto Velho com destino direto para Manaus-AM, com parada nas comunidades e cidades localizadas às margens do rio.

Dependendo do período e do tipo da embarcação que se utiliza, verifica-se que nos períodos de cheia, de novembro a abril, a duração das viagens é inferior às dos períodos de vazante, quando surgem ao longo do leito do rio bancos de areia, dificultando a navegação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho parte da compreensão do conceito de gênero, o que nos permite ampliar o conhecimento em relação à construção social. Segundo Silva (2003) nos



esclarece acerca da hierarquização que passa a ser entendida não mais pelos corpos mas sim pelo simbolismo construído pela sociedade.

O feminismo reconhece que homens e mulheres possuem percepções e conhecimentos diferentes, essa diferenciação não se dá por meio do sexo biológico, e que por isso não devem ser tratados como iguais, e sim com equidade de gênero. Segundo a geógrafa Joseli Silva (2003), gênero são ideias e opiniões que a própria sociedade constrói do que é ser homem e do que é ser mulher.

A sociedade que determina o “papel” do homem e o da mulher, que historicamente é reforçado pelo patriarcado e machismo, que dá privilégios ao sexo masculino, principalmente quando se trata de questões voltadas ao meio rural e na área ribeirinha, pois eles é quem são considerados os “chefes de família”.

Portanto, analisar essas questões de gênero implica compreender a desconstrução de alguns paradigmas sociais e as alterações dos processos e estruturas de poder. E nessa perspectiva os movimentos sociais também podem ser tratados como canal de enfrentamento para visibilizar essas questões vivenciadas na área rural pelas mulheres, e tem se fortalecido nesse sentido na área ribeirinha, assim também como é através dos movimentos que são enfrentados obstáculos ligados às relações de gênero, questões ambientais e sociais.

De acordo com Siliprandi e Cintrão (2011), o ingresso nos movimentos de mulheres rurais tem garantido autonomia financeira, aumento da autoestima e também o reconhecimento dos seus trabalhos pela família e comunidade, sendo vivenciadas novas experiências sociais.

A geógrafa Rosa Ester Rossini (2008) nos mostra que o enfoque de gênero deve se concentrar nos efeitos e impactos desiguais de políticas e estratégias de desenvolvimento, causados em homens e mulheres. O acesso a essas políticas é uma forma de empoderamento para elas, conforme a geógrafa Maria das Graças S. Nascimento Silva (2011).

Podem ser entendidas como políticas públicas contra-hegemônicas as políticas públicas de gênero destinadas para mulheres rurais no envolvimento das relações entre sociedade civil e Estado, pois estão diretamente ligadas com a visão de autonomia financeira, participação política e cidadania, na qual interagem com os debates que estão



na agenda pública do país, que tem envolvido as questões rurais acerca da sustentabilidade e solidariedade (FILIPAK, 2017).

Sendo assim, remetemo-nos à construção do empoderamento que compreendemos como a forma demonstrativa dos avanços femininos no sentido de visibilizar as questões de equidade de gênero.

Nessa perspectiva, Nascimento Silva (2011) descreve que a ideia de “empoderamento” surge como forma de acrescentar e visibilizar a autonomia dessas mulheres, no que se refere à capacidade das mulheres tanto para mudar quanto questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, ou seja, a partir da compreensão que as mulheres têm sobre sua condição e as formas que foram estabelecidas, assim como habilidades em analisar em torno às relações políticas e também em se organizar em prol de mudanças sociais permite a construção do empoderamento.

Um dos fatores que impulsionam o empoderamento é o trabalho, segundo Rossini (2014), em seus estudos, disserta sobre as relações de trabalhos baseados nas discriminações e desigualdades e que eram evidentes a diferenciação do trabalho masculino e feminino nas práticas de produção e a luta pela sobrevivência de homens e de mulheres no trabalho agrícola.

Nos dias atuais, muitas mudanças foram notadas no meio rural no que diz respeito ao papel das mulheres na sociedade, cujas transformações estão diretamente ligadas à inserção em atividades produtivas, seja dentro ou fora do campo. As mulheres que residem neste meio são de suma importância para a diversificação de produtos, bem como para o sustento familiar (SOUSA & NASCIMENTO SILVA, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres movimentam toda uma estrutura que se redefine progressivamente dentro de suas localidades, que são demonstrados através das novas espacialidades que a mulher vem ocupando. A articulação e a organização dessas mulheres, politicamente, é um fator que potencializa a construção do empoderamento, a partir da informação e de acesso às políticas públicas.



Uma política pública voltada para a população ribeirinha é o Seguro Defeso, que é a paralisação temporária da pesca para a reprodução das espécies de peixes. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nesse período é garantido por Lei (nº 13.134, de 14 de junho de 2015) ao pescador profissional artesanal o pagamento do seguro-defeso, no valor de um salário mínimo mensal, que é o seguro-desemprego especial pago ao pescador.

O trabalho da mulher como pescadora artesanal nem sempre é reconhecido, e é tratado apenas como uma “ajuda”, o que impossibilita receber o benefício, e se torna burocrático, existem outros fatores que impossibilitam acessar o benefício, é a falta de documentos pessoais, a falta de documentação da pescadora em nome próprio, a falta de recursos para se deslocar até a cidade de Porto Velho.

Em 2004 o Governo Federal criou o Programa de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR), com o objetivo de alcançar as mulheres que se encontram em áreas rurais, com a realização de mutirões de documentação. Em 2013 foram realizados mutirões para atender o Baixo, Médio e Alto Madeira, comunidades ribeirinhas localizadas no Rio Madeira. Foi realizado no Distrito de Nazaré, e beneficiou não só as mulheres como também toda a comunidade.

O trabalho das mulheres rurais são evidenciados na sua jornada diária, no trabalho na agricultura, na pesca, entre outras, que permitem o direito de política pública como por exemplo, o PRONAF-MULHER.

Os movimentos de mulheres rurais entram nesse contexto se articulando para a garantia dos seus direitos políticos enquanto agricultoras, lutando em defesa de seus territórios e garantindo a saúde, educação, trabalho e vida. Seus modos de ser e de produzir tem sustentado as suas famílias, na qual muitas localidades carecem de implementação de políticas públicas para que a produção e reprodução dos modos de vida dessas camponesas e desses camponeses seja valorizada.

No distrito de Nazaré, as políticas públicas de gênero para as mulheres rurais têm chegado ainda de forma inacessível e é pauta de reivindicações dos movimentos locais. Um exemplo é o enfrentamento da mulher ribeirinha para ser reconhecida como pescadora.

Devido o enfrentamento e obstáculos encontrados para acessar as políticas



públicas, as mulheres têm se articulado para criação de agendas, colocando em pautas as reivindicações das mulheres ribeirinhas e construindo estratégias em busca de empoderamento. Essa crescente participação das mulheres e o envolvimento no âmbito político contribuem para uma nova dinamização das relações sociais existentes, novas espacialidades, novas expectativas e trajetórias da mulher ribeirinha.

O movimento de mulheres surge com as insatisfações e necessidades das mulheres que se articularam e reivindicaram visibilidades. Na etapa inicial de reivindicações, como exemplo na 12ª Festa da Melancia, as mulheres, já organizadas no movimento de mulheres do médio e baixo madeira, fizeram uma fala no palco como mostra a imagem abaixo, situação na qual elas pontuaram algumas reivindicações pautadas em documento construído por elas, o qual foi entregue para alguns representantes institucionais e governamentais que se faziam presentes, como a Prefeitura de Porto Velho, através de suas Secretarias Municipais, e também a Universidade Federal de Rondônia.

Os avanços surgem com a visibilidade do movimento e parcerias, as mulheres começam a mostrar e despertar cada vez mais a força que têm, mostram que é o momento de se empoderar, de se unirem para fortalecerem esse novo olhar que elas vivenciam.

Imagem 1. Lideranças reivindicando



Imagem 2. Ação coletiva



Fonte: Banco de dados da pesquisa. Nazaré, 2016.

As mulheres movimentam toda uma estrutura que se redefine progressivamente dentro de suas localidades. A construção do empoderamento contribui para redefinição

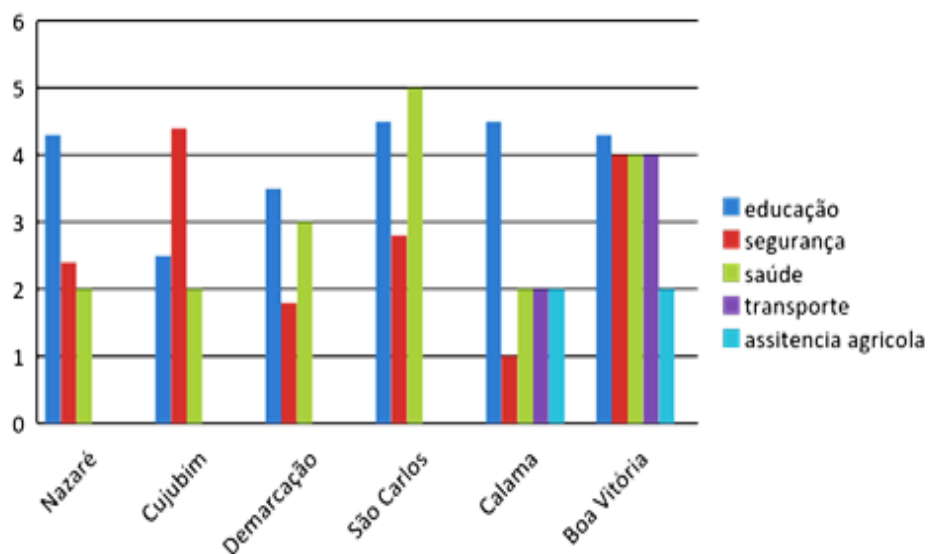


social, econômica e política dessas mulheres. Na imagem acima, vemos o primeiro encontro de mulheres, que mais tarde veremos com detalhes, encontro esse que contribui em muito para o fortalecimento e conquistas de parceria.

A mobilização é feita por representantes eleitas por elas mesmas, nas primeiras reuniões. Desta forma, cada localidade tem uma representante, que é a pessoa que faz os contatos, bem como as mobilizações com as demais mulheres, e organizam o local para as reuniões.

A pauta principal que as mulheres vêm buscando é a implantação de políticas públicas que, de fato, atendam às necessidades das mulheres ribeirinhas, principalmente: na educação, segurança, transporte e saúde. É, pois, preciso compreender que as políticas devem levar em consideração as especificidades locais e de diferentes culturas.

Gráfico 01 - Principais demandas



Fonte: Banco de dados da pesquisa, org. PINHEIRO. T T.2016-2017.

As mulheres desse movimento levantam a bandeira de suas comunidades, buscando que os seus problemas e necessidades fossem mostrados ao público, chamando a atenção dos gestores governamentais. No decorrer da trajetória do movimento, as mulheres realizaram o primeiro Encontro de Mulheres do Médio e Baixo Madeira, em busca de resoluções de pautas coletivas e específicas de cada localidade,



que mulheres se unem e integram esse movimento.

Imagem 3 - Encontro de Mulheres do Baixo e Médio Madeira



Fonte: Banco de dados da pesquisa. 1º Encontro de Mulheres do Médio e Baixo Madeira

O 1º Encontro de Mulheres Ribeirinhas do Médio e Baixo Madeira foi realizado com parceria da Secretaria Estadual da Assistência e do Desenvolvimento Social (SEAS), que reuniu mulheres de grande parte das comunidades ribeirinhas, pelo qual debateram sobre as demandas e pontuaram as conquistas, como segue abaixo:

Transporte escolar (Entrega de voadeiras escolares)

Acesso à tecnologia (Computadores para as escolas)

Cursos (artesanato, biojóias, sabonetes glicerizados)

Na oportunidade do encontro, foi feita uma carta aberta para ser apresentada às secretarias do estado e do município, para fixação de possíveis parcerias ao movimento. Essa carta foi redigida em conjunto por todas as mulheres que tiveram voz em declarar as especificidades que achavam importantes elencar.

No decorrer do encontro, foram propiciadas, pelos parceiros, algumas palestras como autoestima e economia para as mulheres, assim também foram expostos vários produtos confeccionados por elas, que na oportunidade vendiam aos participantes e convidados. Sendo que, de toda a renda, segundo a coordenadora do Movimento, é repassado um percentual para a manutenção do Movimento de Mulheres.

Um dos principais motivos para que muitas mulheres não participem assiduamente do movimento está ligado à logística, pois como foi dito anteriormente, as



comunidade ficam distantes uma das outras e o transporte é unicamente por via fluvial, sendo que nem todas as famílias possuem transporte próprio, ou à disposição, ou, ainda, combustível para poderem ir até a localidade dos encontros do movimento. Pensando nisso, uma das pautas principais contidas no movimento é justamente o apoio logístico, para que seja possível, então, a participação de todas as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres seguem firme na luta, as reivindicações e as demandas são cada vez mais embasadas e específicas para as mulheres e elas não abrem mão da conquista de uma melhor condição de vida. Mulheres que visam não só à melhoria própria, mas buscam um futuro mais igualitário e digno para as mulheres ribeirinhas e suas comunidades. Elas vêm desenvolvendo suas habilidades, conquistando força e espaço nas esferas políticas, sociais e econômicas, estabelecendo com o tempo novas possibilidades de vida e o fortalecimento do empoderamento pessoal, bem como coletivos.

Com trajetórias diferenciadas, porém com uma gama de pautas em comum, elas têm caminhado em busca de conquistas. Uma nova estrutura familiar transparece na medida em que decisões e caminhos são tomados, com um fluxo de conflitos intensos sustentados pelos enfrentamentos ainda tão inerentes à questão de gênero. Esses enfrentamentos são processualmente encarados e pautados na luta contínua dessas mulheres. As Políticas Públicas, no contexto rural ribeirinho, têm função essencial no que se refere às amplitudes dos direitos humanos e trazem consigo, a partir da apropriação, a força da igualdade social.

É visto que a mulher ribeirinha tem em sua trajetória, lutas e desafios, principalmente na tentativa de romper barreiras políticas e sociais. Nessa nova construção, elas conciliam o trabalho, os estudos e a família com as atividades do movimento social. Para elas, o envolvimento e a dedicação são importantes para alcançar os objetivos pautados no coletivo e na construção do empoderamento pessoal.



REFERÊNCIAS

BRUMER, A. ; ANJOS, G. . **Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão.** In: Adriana L. Lopes; Andrea Butto. (Org.). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil.** 1ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008, v. , p. 217-240.

GARCIA, R. L. Org. **Aprendendo com os movimentos sociais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2005): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos.** 2017. Tese (Doutorado) - Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **O Espaço Ribeirinho.** São Paulo: Terceira Margem, 2000.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Geografia e Gênero em Assentamentos Rurais: Espaço de Poder.** In SILVA, Joseli Maria; SILVA, Cesar Pinheiro da. (org.) **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras.** Ponta Grossa. Todapalavra, 2011. ISSN: 978-85-62450-23-5.

PINHEIRO, Tainá Trindade. **Gênero e empoderamento no distrito de Nazaré- Rondônia: Espacialidades das mulheres ribeirinhas.** Dissertação de mestrado PPGG/UNIR, Porto Velho/RO 2017.

ROSSINI, R.E. **As Geografias da Modernidade- Geografia e Gênero, mulher, trabalho e família:** o exemplo da área de Ribeirão Preto. In Revista do Departamento de Geografia-NEMGE. Universidade de São Paulo –USP, Nr 12 pag. 07 a 26, 1998.

ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, S. A. **Gênero e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira. In: Seminário Internacional: Fazendo Gênero 8: corpo, violência e poder. 2008.** Disponível: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST49/Rossini-Calio_49.pdf.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. **As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organizações produtivas para mulheres no meio rural.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2011.

SILVA, J. M. **Geografias Subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SOUSA, R. E. M; NASCIMENTO SILVA, M. G. S. **Mulher, a quebra do paradigma da função reprodutora.** Revista Geografares, nº 10, p. 203-224, 2011.